

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO COM ÊNFASE EM DIREITO SANCIONADOR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO COM ÊNFASE EM DIREITO SANCIONADOR

DISCIPLINA: GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA
RESUMO
Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 2 INTRODUÇÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 3 INTRODUÇÃO GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES
AULA 4 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO
AULA 5 INTRODUÇÃO O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO

CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO

PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR

CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, C. S dos. Gestão pública participativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COSTA, L. de F. L. G.; CAMELO, G. L. P. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. Holos, ano 26, v. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Método, 2012

DISCIPLINA:

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

FATOR HUMANO

HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2

CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS
GESTÃO DE TALENTOS
DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO
RECOMPENSAR E DESENVOLVER
MANTER E AVALIAR
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL
GESTÃO DE COMPETÊNCIA
GESTÃO DO CONHECIMENTO
COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL
LIDERANÇA (PARTE I)
LIDERANÇA (PARTE II)
COACHING
INOVAÇÃO
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.
- KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 120, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

DISCIPLINA:

ÉTICA, COMPLIANCE E GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Nesta disciplina, trazemos a ética como disciplina nas relações interpessoais. Para apresentarmos este contexto, escolhemos cinco temas relacionados à ética, iniciando com a sua definição e conceito ao longo de sua história, incluindo o aporte à moral e o seu entendimento no desenvolvimento da humanidade, bem como a interpretação da ética na atualidade e junto ao mundo empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É A MORAL?

HISTÓRIA DA HUMANIDADE

A ÉTICA NA ATUALIDADE

ÉTICA E O MUNDO EMPRESARIAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

ÉTICA INTERPESSOAL

O PENSAMENTO FILOSÓFICO ANTIGO

PENSAMENTO FILOSÓFICO DA ATUALIDADE

CARACTERÍSTICAS DE UMA PESSOA ÉTICA

AULA 3

INTRODUÇÃO

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL

SOCIALIZAÇÃO

EVOLUÇÃO E CULTURA ÉTICA

PADRÕES ÉTICOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

VALORES E ÉTICA

CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES – A TÉCNICA C.H.A.

CHAVE DA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL: CONHECIMENTOS, HABILIDADES,

ATITUDES, VALORES E EXPERIÊNCIAS – C.H.A.V.E.

ÉTICA DENTRO DO CONCEITO DE C.H.A.V.E.

AULA 5

INTRODUÇÃO

MEU PASSADO ÉTICO: APRENDIZADO DO PASSADO

UMA NOVA TRANSFORMAÇÃO PESSOAL

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

TRANSFORMAÇÃO PROFISSIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

IMPACTO SOCIOLÓGICO DA ÉTICA

IMPACTO POLÍTICO DA ÉTICA

EU E A ÉTICA DAQUI PARA A FRENTE! DICAS PESSOAIS

ÉTICA COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL DA MUDANÇA PESSOAL E

EMPRESARIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BEZERRA, J. Filosofia contemporânea. Toda Matéria, 2021. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/filosofia-contemporanea/>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- NALINI, J. R. Ética geral e profissional. 5. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.
- NODARI, P. C.; CALGARO, C.; SÍVERES, L. (Orgs.). Ética, direitos humanos e meio ambiente: reflexões e pistas para uma educação cidadã responsável e pacífica. Caxias do Sul: Educs, 2017.

DISCIPLINA:

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

RESUMO

A licitação pública se apresenta como um dos principais temas do direito administrativo, pois nada mais é do que um dos caminhos aptos a estabelecer relação entre a Administração Pública e os particulares. Representa, igualmente, o procedimento regular e prévio destinado à contratação pública, objetivando, igualmente, a seleção da proposta mais vantajosa ao Estado. Nesta aula, serão abordados os diferentes objetos capazes de integrar o procedimento licitatório, assim como os pressupostos que servem de base para a efetiva instauração do certame, com a exposição das principais previsões legais acerca desse tema, elucidando-se a regulamentação da licitação pública no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

AS RAZÕES DE LICITAR

PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

OBJETO DA LICITAÇÃO

ORDENAMENTO JURÍDICO

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA

PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO

PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

AULA 3

INTRODUÇÃO

MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO

LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES

PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES

TIPOS DE LICITAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL

FASE DE HABILITAÇÃO

JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA

CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO FILHO, J. S. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009.
- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DISCIPLINA:

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E O DIREITO PENAL

RESUMO

“O conceito de Direito Administrativo Brasileiro, para nós, sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado” (Meirelles, 1991). Celso Antônio Bandeira de Mello (2002) afirma que o direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem

como as pessoas e órgãos que a exercem. Hely Lopes Meirelles (1991), por sua vez, destaca que "os órgãos, agentes e atividades administrativas como instrumentos para realização dos fins desejados pelo Estado". Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o objeto do Direito Administrativo são os órgãos, agentes e as pessoas integrantes da Administração Pública no campo jurídico não contencioso. "O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exercer e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública".

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

PRINCÍPIO DA MORALIDADE

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

AUTARQUIA E EMPRESA PÚBLICA

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÃO PÚBLICA

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AGENTES PÚBLICOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA

AULA 5

INTRODUÇÃO

DA PERMISSÃO

CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

RESPONSABILIDADE DO ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO

SINDICÂNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA SINDICÂNCIA

DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR OU NA SINDICÂNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, jan./mar. 2010.

- DINIZI, M. H. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 26. ed. São Paulo: Saraiva 2011. v. 2.
- _____. Curso de direito administrativo. 14. ed. ref. ampl. e atual. São Paulo:Malheiros, 2002.

DISCIPLINA:
DIREITO CONSTITUCIONAL

RESUMO

A evolução do constitucionalismo no Brasil é caracterizada por três momentos ou fases, as quais, segundo Paulo Bonavides (2017, p. 361), são “perfeitamente identificáveis em relação aos valores políticos, jurídicos e ideológicos que tiveram influxo preponderante na obra de caracterização formal das instituições” nacionais. A primeira fase (Constitucionalismo do Império) era fortemente vinculada aos ideais franceses e ingleses do século XIX; a segunda (Constitucionalismo da 1ª República) representava uma mudança paradigmática, de inspiração norte americana; e, finalmente, na terceira fase, os traços fundamentais podem ser associados ao modelo alemão do século XX (Constitucionalismo Social). É importante mencionar que a análise, ainda que sucinta, deste tópico, é fundamental para a compreensão da importância dos rumos constitucionais contemporaneamente adotados, sobretudo a partir da promulgação da Constituição de 1988.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA1

INTRODUÇÃO

FASES HISTÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NO MUNDO

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

CONSTITUIÇÃO DE 1988 E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO

ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DO TRABALHO

PRINCÍPIOS DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

AULA 3

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

LIMITES DA COMPETÊNCIA TRABALHISTA

AULA 4

INTRODUÇÃO

EMPREGADOS URBANOS E RURAIS

EMPREGADO DOMÉSTICO

PROTEÇÕES CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICAS
OUTRAS PROTEÇÕES CONSTITUCIONAIS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS À ESTRUTURA SINDICAL
BRASILEIRA
NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO DIREITO DO TRABALHO
DIREITO DE GREVE

AULA 6

INTRODUÇÃO
ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
MEDIAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO
COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINEZ, L. Reforma Trabalhista: entenda o que mudou: CLT comparada e comentada. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- DELGADO, M. G. Curso de Direito do trabalho. 17. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2018.
- BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

DISCIPLINA:

GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

RESUMO

Desde o fim do século XX, o tema “criatividade para a inovação” se consolidou como estratégico para a sobrevivência das empresas tanto em tempos de turbulência quanto para a competitividade global. A criatividade também vem sendo abordada no âmbito da gestão estratégica do conhecimento como de extrema importância para a inovação tecnológica empresarial (criatividade como uma das alavancas do conhecimento para a inovação). “Mais do que um fenômeno global, a gestão do conhecimento se consolidou, em fins do século passado, como fator crítico de sucesso para a criação eficaz de vantagens competitivas nas organizações” (Sbragia et al, 2006, p. 79).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PROBLEMATIZAÇÃO
O QUE É CRIATIVIDADE?
FISIOLOGIA DO PROCESSO DE CRIATIVIDADE
PERSONALIDADE CRIATIVIDADE
FACILITADORES E BLOQUEADORES INDIVIDUAIS À CRIATIVIDADE
A MUDANÇA NO MINDSET: TENSÃO PSÍQUICA
SÍNTESE

AULA 2

INTRODUÇÃO
PROBLEMATIZAÇÃO
SURGIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO
COMPONENTES DO PROCESSO CRIATIVO
MAPEANDO O CENÁRIO E A BUSCA POR INSPIRAÇÕES
ANÁLISE INOVADORA
CRIAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES
SÍNTESE

AULA 3

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
BRAINSTORMING NA BASE DE TODAS AS TÉCNICAS
REVERSE BRAINSTORMING
BRAINWRITING NA GERAÇÃO DE IDEIAS
SÍNTESE

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
TÉCNICA S.C.A.M.P.E.R.
TÉCNICA P.N.I. (POSITIVO, NEGATIVO E INTERESSANTE)
SEIS CHAPÉUS PENSANTES E SEIS SAPATOS ATUANTES
TÉCNICA DO MIND MAPPING
TÉCNICA T.R.I.Z. (TEORIA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS)
SÍNTESE

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
CRIATIVIDADE NO SUPORTE À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL
CRIATIVIDADE PARA INOVAÇÃO
OBJETIVOS DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA
DIFUSÃO DA CULTURA DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA
GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTE CRIATIVO
SÍNTESE

AULA 6

INTRODUÇÃO
PROBLEMATIZAÇÃO
ATMOSFERA CRIATIVA: CRIANDO A ORGANIZAÇÃO INOVADORA
CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO INOVADORA
FACILITADORES E BLOQUEADORES DA CRIATIVIDADE NAS EMPRESAS
A CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO
DESAFIOS DA CRIATIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA LIDERANÇA
SÍNTESE

BIBLIOGRAFIAS

- DERRISO FILHO, C. O declínio da criatividade. Disponível em: <https://celsofdi.wordpress.com/tag/o-declinio-da-criatividade/>. Acesso em: 14 set. 2017.
- ADER – AGENCIA DE DESAROLLO ECONÓMICO REGIONAL DE LA RIOJA (Coord.). Manual de Criatividade Empresarial. Faro: Universidade do Agravado; CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve, 2010. Disponível em: http://www.cria.pt/media/1366/manual-criatividade-portugues_pt_web.pdf. Acesso em: 14 set. 2017.
- BATISTA, F. F. Caso empresa Matsushita Eletric Industrial Company. 2015.

DISCIPLINA:
DIREITOS HUMANOS

RESUMO

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?
DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS
VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS
TENSÕES FUNDAMENTAIS
DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO
A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS
AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH

OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MIDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya,
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa Perspectiva
- Revista da Faeeba intercultural. – Educação e Contemporaneidade,
- Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:
GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

A elaboração, a gestão e a avaliação das políticas públicas são efetuadas por servidores, os quais trataremos como gestores públicos. O objetivo principal do processo de elaboração das políticas públicas é o de atender às demandas de serviços públicos necessários ao bem-estar social de cidadãos que vivem nas cidades. A sociedade brasileira passou por uma série de transformações na estrutura administrativa das cidades, dos estados e da União. Também podemos citar aqui o processo de democratização política, o avanço das tecnologias da informação, o aumento da capacidade de escolha e da qualidade no consumo, a liberação dos mercados e as privatizações. Com isso, podemos destacar a gestão pública como sendo o agente de elaboração, formação, planejamento e avaliação das políticas públicas, com implicações diretas à sociedade, com o intuito de discutir as alternativas de políticas públicas para o bem comum da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?
TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO
GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS BUROCRATAS
GRUPOS DE INTERESSE
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
OS INFLUENCIADORES DA SOCIEDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO
AGENDA E ALTERNATIVAS
PROCESSO DECISÓRIO
IMPLEMENTAÇÃO
ACOMPANHAMENTO E EXTINÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

BOA GOVERNANÇA
REDE DE GOVERNANÇA
ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
FORMAÇÃO DOS PLANOS
PRÁTICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
MODELO PRÁTICO PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CUIDADOS FUNDAMENTAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
TEMAS DE ATENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 jan. 2017.
- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n. 173, de 18 de agosto de 1995. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 18 ago. 1995a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18AGO1995.pdf#page=25>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- LOURENÇO, N. V. Administração Pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaberes, 2016.

DISCIPLINA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO

RESUMO

Nesta disciplina veremos que nem todos os atos administrativos são editados de imediato pelos agentes administrativos. Em muitos casos, o ordenamento impõe a precedência de uma série encadeada de fases, cujo momento final é a edição de um ato administrativo. Assim, alguns atos são emitidos como resultado de um processo administrativo. Durante muito tempo o termo “processo” no âmbito do direito administrativo, de processo atinente às relações entre a Administração e cidadãos (isolados ou como pessoas jurídicas). A partir da década de 50, processualistas e administrativistas foram convergindo para a ideia de processo ligado ao exercício do poder estatal. O processo, nesse entendimento, expressa o aspecto dinâmico de um fenômeno que se vai concretizando em muitos pontos no tempo, refletindo a passagem do poder em atos ou decisões. Assim, o processo existe tanto no exercício da função jurisdicional, como na função legislativa e na função executiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PROCESSO OU PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

FINALIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

AULA 2

INTRODUÇÃO
PUBLICAÇÃO E EFEITOS DA PORTARIA INSTAURADORA
INSTALAÇÃO E TRABALHOS DA COMISSÃO
ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E DOS AUTOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEFESA PRÉVIA
COLETA DE PROVA
AUDIÊNCIA
PROVA DOCUMENTAL
SIGILO DO PROCESSO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONFISSÃO
INDICIAÇÃO
CITAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
RELATÓRIO FINAL
PENALIDADES
ROTEIRO

AULA 6

INTRODUÇÃO
APLICAÇÃO DE PENALIDADES
HIPÓTESES DE NÃO APLICABILIDADE DA PENALIDADE
PORTARIA DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. A distinção entre processo e procedimento (coord.). Temas de processo administrativo. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- BEZERRA, Giselle Gomes. Processo administrativo disciplinar na Administração Pública municipal: noções gerais. In: MACHADO, Armando Marcondes (coord.). Direito municipal: um olhar abrangente. São Paulo: Conam, 2016, v. 1, p. 61-

72.

- BRASIL. Lei nº 12.008, de 29 de julho de 2009. Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211- C da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica. Diário Oficial da União, Brasília, 30 jul. 2009.

DISCIPLINA:

LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD

OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>. Acesso em: 24 maio 2023.
- Barros, I. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a ged? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#como-funciona-a-gestao-eletronica-de-documentos?>. Acesso em: 4 maio 2023.
- KOLBE JÚNIOR, A. Produção e preservação de documentos sigilosos. Curitiba: InterSaberes, 2020.

DISCIPLINA:

COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO

RESUMO

Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS

O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO

MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO

O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

ORIGENS MORAIS E ÉTICAS

DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA

COMPLIANCE PÚBLICO

COMPLIANCE PRIVADO

AULA 3

INTRODUÇÃO

ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016
A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA
DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ABRANGÊNCIA DA NORMA
DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS
DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE
LENIÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE

AULA 6

INTRODUÇÃO
O COMPLIANCE OFFICER
AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
GESTÃO DE RISCOS
MODALIDADES DE COMPLIANCE

BIBLIOGRAFIAS

- UNAMA – Universidade da Amazônia. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-deliteratura/a-carta-de-per-o-vaz-de-caminha-em-pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- UN – UNITED NATIONS. General Assembly Resolutions. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/documents/general-assemblyresolutions/index.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- ZILIOOTTO, M. M; CASTRO, R. P. A. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.